

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Letícia Sanges Weber

**UNASUL: UM ESTUDO SOBRE SUA INEFETIVIDADE NO SUBCONTINENTE
PARAO SÉCULO XXI**

**Resende
2023**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA
PROFISSIONAL**

TÍTULO DO TRABALHO: UNASUL: UM ESTUDO SOBRE SUA INEFETIVIDADE NO
SUBCONTINENTE PARA O SÉCULO XXI

AUTOR: LETÍCIA SANGES WEBER

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 29 de Maio de 2023



Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

W373u WEBER, Letícia Sanges

UNASUL: um estudo sobre sua inefetividade no subcontinente para o século XXI / Letícia Sanges Weber – Resende; 2023. 45 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Gabriel Soares Cabral
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. UNASUL. 2. Segurança. 3. Brasil. 4. Cooperação. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Letícia Sanges Weber

**UNASUL: UM ESTUDO SOBRE SUA INEFETIVIDADE NO SUBCONTINENTE PARA
O SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Militares, da
Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ),
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Militares.

Orientador(a): Gabriel Soares Cabral

Resende
2023

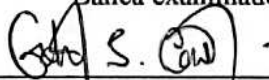
Letícia Sanges Weber

**UNASUL: UM ESTUDO SOBRE SUA INEFETIVIDADE NO SUBCONTINENTE PARA
O SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Militares, da
Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ),
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Militares.

Aprovado em 14 de Agosto de 2023.

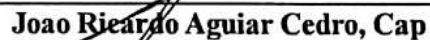
Banca examinadora:



Gabriel Soares Cabral, Ten
(Presidente/Orientador)



Marcelo de Jesus Santa Bárbara, Maj



Joao Ricardo Aguiar Cedro, Cap

Resende
2023

Dedico este trabalho não somente a meus pais, e demais familiares, sem os quais eu não teria realizado o sonho da almejada estrela , mas sobretudo a Deus – o Dono deste sonho e luz que tem iluminado meus passos até o presente momento.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus, por confortar meu coração nos momentos de angústia e me sustentar quando a mente já não podia fazê-lo.

Aos meus pais e minha irmã, que acompanharam de longe todos os momentos de alegria, mas também não hesitaram em me apoiar nas diversas pelejas – posso agora dizer que todos seus sacrifícios, suas lágrimas, orações e amor me fizeram chegar aqui.

Aos meus avós e amigos, que mesmo à distância se fizeram presentes e torceram pelo meu sucesso na formação.

Às verdadeiras amizades forjadas nesta Casa, que se tornaram mais chegados que irmãos e em cada passo prosseguiram ao meu lado na caminhada rumo ao Aspirantado.

E também a meu orientador, por não medir esforços em me instruir da melhor maneira possível na elaboração deste trabalho.

RESUMO

UNASUL: UM ESTUDO SOBRE SUA INEFETIVIDADE NO SUBCONTINENTE PARA O SÉCULO XXI

AUTOR: Letícia Sanges Weber
ORIENTADOR: 1º Ten Gabriel Soares Cabral

Este trabalho tem por objetivo geral analisar a estrutura da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), bem como seu Conselho de Defesa (CDS), de forma a elencar características inerentes a tais instituições, bem como da América do Sul, responsáveis pela ineficácia da iniciativa de cooperação e consequente desativação do órgão no ano de 2019 - em que o Brasil deixou a instituição e criou como alternativa o Prosul. Propõe-se, ainda, uma análise a respeito do papel de liderança brasileiro no subcontinente e sua postura frente às nações sul-americanas, em especial ao proporcionar oportunidades de colaboração no âmbito da defesa e preceder ações coletivas em prol da economia, do meio ambiente e até mesmo integração política. No mesmo ano da elaboração do presente trabalho - 2023 - a UNASUL foi reativada, portanto constam nele projeções para o Conselho em questão bem como lições aprendidas durante a vigência anterior da instituição, as quais podem ser aproveitadas visando maior eficiência, além da proposição de melhores e mais inclusivas resoluções para os países sul-americanos.

Palavras-chave: UNASUL. Segurança. Brasil. Cooperação.

ABSTRACT

USAN: A STUDY ON ITS INEFFECTIVENESS IN THE SUBCONTINENT FOR THE 21ST CENTURY

AUTHOR: Leticia Sanges Weber
SUPERVISOR: 1st Lt Gabriel Soares Cabral

The main objective of this study is to examine the Union of South American Nations (USAN) and its Council of South American Defense in order to list characteristics inherent to such institutions, as well as those of South America, responsible for the inefficiency of the cooperation initiative and consequent deactivation of the organization in 2019 - in which Brazil left the institution and created 'Prosul' as an alternative. It also proposes an analysis regarding the Brazilian leadership role in the subcontinent and its position compared to the South American nations, in particular by providing opportunities for collaboration in defense propositions and preceding collective actions in favor of the economy, the environment and even political integration. In the same year of the elaboration of the present work - 2023 - USAN was reactivated, therefore it contains projections for the Council in question as well as lessons learned during the previous term of the institution, which can be used aiming at greater efficiency, in addition to proposing better and more inclusive resolutions for South American countries.

Keywords: USAN. Security. Brazil. Cooperation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ameaças aos países sul-americanos: Comissão de Segurança Hemisférica – OE	27
Tabela 2 – Crescimento na exportação de mercadorias 1948-2021	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição do Bioma Amazônico na América do Sul	24
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Investimento do Brasil em Pesquisa e Desenvolvimento	20
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNASUL	União das Nações Sul Americanas
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
ONU	Organização das Nações Unidas
Prosul	Foro para o Progresso da América do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
OEA	Organização dos Estados Americanos
GE	Guerra Eletrônica
FT	Força Terrestre
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo geral.....	14
1.1.2	Objetivos específicos.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	AMÉRICA DO SUL.....	15
2.2	UNASUL E CDS.....	16
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	18
3.1	TIPO DE PESQUISA	18
3.2	MÉTODOS.....	18
3.2.1	Análise Contextual.....	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
4.1	PAPEL DE LIDERANÇA DO BRASIL.....	19
4.2	DEFESA PARA A AMÉRICA DO SUL.....	21
4.3	CONTEXTUALIZAÇÃO: RAZÕES PARA O DECLÍNIO DA UNASUL.....	30
4.3.1	Fator psicossocial	30
4.3.2	Fator econômico.....	31
4.3.3	Fator político	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 70, período marcado por eventos de grande repercussão mundial – incluindo conflitos como a Guerra do Vietnã, dentre outros que materializaram o antagonismo bipolar em voga – surgiam cada vez mais correntes de pensamento voltadas para a segurança interna das nações, bem como uma visão de teor regionalista no tocante às iniciativas de securitização. O regionalismo em questão ainda trazia um enfoque à América Latina, a qual de acordo com Gehre (2009) era alvo dos debates desenvolvimentistas, para que só depois se trouxesse um enfoque à América do Sul de fato.

Também é possível notar, nesse período, o que se descreve como uma preponderância brasileira sobre a Argentina no quesito de poderes sobre a região platina (FAJARDO apud MELLO, 2004). Tal superioridade permitiu ao Brasil o início de uma sequência de iniciativas cooperativistas no contexto sul-americano, sendo a primeira delas remetente à construção da Hidrelétrica de Itaipu. Percebem-se nesse acordo:

o processo de barganha e diplomacia ativa que leva à criação da hidrelétrica é encarado aqui como o marco inicial da integração regional, por representar o início do entendimento entre Brasil e Argentina, que mais tarde conformariam o eixo de sustentação de um bloco sul-americano (JAEGER, 2019, p.6).

Anos depois, já na década de 90, o panorama que se estabeleceu foi um regionalismo direcionado a

um contexto político de revisão dos projetos nacionais de desenvolvimento apoiados na industrialização protecionista. Na área de política comercial, essa revisão se traduziu em aberturas unilaterais em relação ao resto do mundo e incluiu iniciativas diversas de negociação comercial, em âmbito bilateral e sub-regional (VEIGA e RÍOS, 2007, p.10).

Essa mentalidade levou à criação do Mercosul em 1991 – voltado para a esfera econômica - e ao aumento da institucionalização regional, considerando-se que certas “perturbações” geopolíticas decorrentes da globalização e da pressão do neoliberalismo seriam superadas (PECEQUILO; HAGE, 2007). Como incentivo para essa iniciativa surge a própria União

Europeia, criada em 1992, como parceira e exemplo na “onda regionalista” que se dava ao redor do mundo (MALAMUD e SCHENONI, 2016).

Posteriormente, trazendo à tona o enfoque do estudo, foi criada em 2008 a União de Nações Sul-Americanas – UNASUL -, bloco composto por doze países em prol da formação de um ambiente favorável ao diálogo e ao levantamento de questões pertinentes ao âmbito interno do fórum. Paralelo à Organização, surgiu também o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) visando aprofundar as discussões referentes à defesa e segurança dos países, bem como proporcionar mais uma possibilidade de autoafirmação, ao fortalecer a identidade frente às demais nações não-pertencentes ao bloco.

Entretanto, devido a uma série de eventos políticos e divergências envolvendo as nações participantes, a UNASUL foi dissolvida e levada à inatividade. Questiona-se então: quais as causas que levaram, mesmo após diversas tentativas de integração, à ineficiência da UNASUL no subcontinente? Seriam as nações envolvidas incapazes de priorizar ações conjuntas em detrimento de ideais políticos? As diferenças podem ser superadas a fim de proporcionar um ambiente favorável de cooperação? Seriam acordos bilaterais uma melhor alternativa a ser adotada pelas nações?

Com base no histórico abordado, podem ser apontadas três variáveis principais que guiarão o estudo da UNASUL, visando uma análise holística e proporcionando um panorama mais completo para futuras conclusões, sendo elas: o papel de liderança exercido pelo Brasil ao longo das últimas décadas e os eventos que permitiram à nação alcançar sua posição de destaque; a repercussão do surgimento de instituições integracionistas no contexto bélico e na maneira dos países sul-americanos de lidarem com a defesa de maneira conjunta; por fim, as diversidades que surgem ao equiparar as nações e constituem empecilho à maior coesão do subcontinente.

Surge, assim, no presente estudo a necessidade de averiguar as raízes das problemáticas que levaram à atual paralisação da UNASUL, de seu Conselho de Defesa, bem como extrair lições a fim de projetá-las para futuras tentativas de integração que podem ser iniciadas, em especial no quesito de cooperação militar no subcontinente, haja vista a constante instabilidade que assola as fronteiras sul-americanas, seja através do narcotráfico, seja através de tentativas diversas de adentramento do território amazônico, além das mais diversas interferências que beiram afetar as soberanias dos estados.

Para cumprir o que se propõe, o presente trabalho aborda em seu Referencial Teórico conceitos introdutórios a respeito do subcontinente sul-americano e suas peculiaridades, bem como o histórico que levou à criação da UNASUL e seu Conselho de Segurança. Já nos tópicos que se seguem em Resultados e Discussões, inicia-se uma apresentação do papel de liderança consolidado pelo Brasil ao longo das últimas cinco décadas, fator de suma importância para que a Nação participasse no processo de formação da Instituição.

Além disso, trata-se sobre os desafios em termos de segurança coletiva e cooperação em defesa devido à heterogeneidade dentro da própria região, além de fatores psicossociais, econômicos e políticos que serviram de empecilho para uma integração genuína entre os países sul-americanos, servindo de embasamento para que nas Considerações Finais fossem apresentadas as conclusões em relação à dificuldade ao comungar interesses geopolíticos em prol do funcionamento da então restaurada UNASUL.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as causas para a histórica inefetividade da UNASUL e seu Conselho de Defesa no tocante à resolução de problemáticas constantes na agenda de segurança regional

1.1.2 Objetivos específicos

Contemplar o histórico de tentativas de integração sul-americana desde os anos 70 até os dias atuais, bem como as instituições construídas ao longo desse processo;

Analisar a importância do Brasil no surgimento de instituições integracionistas e o caminho que levou ao surgimento da UNASUL ;

Verificar os fatores que levaram à inefetividade da UNASUL nos últimos anos e as perspectivas futuras para o subcontinente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AMÉRICA DO SUL

Caracterizada como um subcontinente dentro da América Latina, a América do Sul possui uma área correspondente a cerca de 12% da superfície terrestre do planeta, fato que implica em vasta biodiversidade, perfil socioeconômico heterogêneo e, conseqüentemente, em problemáticas variadas em seus países (MEDEIROS FILHO, 2010).

Quanto a suas características fisiográficas, vale mencionar que a América do Sul inclui em seu território não só a densa Floresta Amazônica – presente em oito países sul-americanos, mas também a Cordilheira dos Andes, a qual percorre sete dessas nações – apontadas por Albuquerque (2003) como principais obstáculos naturais, os quais oferecem proteção estratégica ao subcontinente.

Ainda referente à Floresta Amazônica, convém destacar que, tratando-se da maior floresta tropical do mundo, atrai olhares ao redor do globo por suas riquezas naturais, importância ambiental e atividades econômicas variadas. Vários debates envolvem a Amazônia devido à repercussão decorrente do desmatamento de suas áreas por agropecuárias, siderúrgicas, garimpo ilegal, indústrias madeireiras dentre outras: o avanço dessas atividades acarretaria, segundo Orlando Valverde (2006), não só conseqüências para o meio ambiente (alterações climáticas, extinção de espécies animais e vegetais), como também “desequilíbrios sociais” (violências e assassinatos contra os nativos florestais, além de concentração da propriedade rural).

A América do Sul contempla ainda diversas bacias hidrográficas relevantes, como a Bacia do Prata, que surge como meio crucial de integração dos dois oceanos – Atlântico e Pacífico – e foi alvo de importantes disputas no Cone Sul, originando tensões constantes desde a Guerra do Paraguai, a partir de 1864, até a década de 70, em que contemplou-se divergências a respeito da construção da barragem de Itaipu, conforme apontou Miyamoto (2013).

Voltando as atenções para o campo socio-econômico, revela-se no subcontinente realidades distintas reveladas em parâmetros como o Produto Interno Bruto e o Índice de Desenvolvimento Humano (abarcando desde nações como o Chile, que encontra-se em 43º

lugar no ranking mundial, até Venezuela, a qual ocupa a 113^a posição), publicado no Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (2020). A razão para tais disparidades tem suas raízes nos diferentes históricos de colonizações e consequentes processos de independência, proporcionando, assim, um extenso lapso de análise e investigação.

Sob a ótica de segurança, é possível identificar na América do Sul o que Buzan e Waeber (2003) denominam um Complexo Regional de Segurança. Dentro desse complexo os autores apontam dois “subcomplexos” como mais relevantes, o Norte-andino e o Cone-Sul, regiões a que se deve direcionar maior enfoque estratégico, visto que ambas possuem aspectos de importância geopolítica para o subcontinente ou problemáticas cujas consequências afetam nações de maneira generalizada.

O Cone-Sul se caracteriza como área de maior estabilidade devido à ausência de ameaças expressivas, em se tratando de conflitos armados de fato e litígios fronteiriços. Entretanto, sua importância é ditada pelo maior fluxo de recursos financeiros e tratados materializados na instituição denominada Mercado Comum do Sul (Mercosul) e na construção da Usina de Itaipu, por exemplo.

Já ao subcomplexo Norte-andino, é devida maior atenção por caracterizar-se como uma região de maior periculosidade, em especial devido ao narcotráfico, maior incidência de crimes transfronteiriços e sensibilidade do território amazônico, conflitos inter-estatais, além da forte influência norte-americana nas ações de securitização.

2.2 UNASUL e CDS

No início dos anos 1980 era possível notar no continente sul-americano uma movimentação referente à organização de tratados e declarações que sinalizavam uma aproximação das nações integrantes, a exemplo do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978 e da Declaração de Iguazu, em 1985. Já no ano de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção e consequente criação do Mercosul, consolidou-se um fenômeno de amplas tentativas visando integrar os países pertencentes à América do Sul.

Como mais um exemplo dessas tentativas de integração no histórico do subcontinente, surgiu a União das Nações Sul-Americanas em 2008 – cuja nomeação se originou com a declaração de Cusco, no ano de 2004 -, constituída por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guiana, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (DONADELLI, 2016). A proposta dessa organização resumia-se a constituir um foro de discussão que abrangesse resoluções diversas, seguindo uma tendência de cooperação no campo político-econômico.

A UNASUL seria presidida sucessivamente por cada um dos Estados-Membros em ordem alfabética e por períodos anuais, sendo composta pelos seguintes órgãos: Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo - órgão máximo e com reuniões ordinárias de periodicidade anual; Conselhos de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; Conselho de Delegadas e Delegados e a Secretaria Geral- com sede em Quito, no Equador, na qual o Secretário Geral seria designado pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo baseado em proposta do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por um período de dois anos (UNASUL,2008).

Paralela à UNASUL destaca-se a criação, graças à iniciativa brasileira durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Conselho de Defesa Sul-americano, o qual:

não se propõe estabelecer uma aliança militar, nem ser um órgão operacional de caráter militar para resolução dos conflitos. Parece ser uma tentativa de integração do pensamento de defesa sub-regional para discutir as necessidades de defesa comuns. Defenderia como princípios gerais a paz, a não-intervenção nos assuntos internos e o respeito à soberania dos países da sub-região, a autodeterminação dos povos e a integridade nacional (SAINT PIERRE, 2009, p. 16, tradução nossa).

Conforme dito por Medeiros Filho (2010 *apud* VILLA, 2005, p.117), devido à falta de iniciativa dos países sul-americanos para implantar uma política própria de defesa e segurança, coube então ao Brasil o papel de protagonismo durante essa era integracionista, sendo a nação responsável por grande parte dos acordos que se seguiram visando a construção de uma nova identidade para a América do Sul.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa a ser realizada possui teor exploratório, de modo a tratar de dados extraídos de bibliografias diversas. Tais dados, assim como a pesquisa propriamente dita, possuem caráter qualitativo, como exemplo dos contextos político, econômico e social referentes à América do Sul que serão utilizados para embasamento do estudo.

3.2 MÉTODO HISTÓRICO

3.2.1 Análise contextual

A partir de pesquisa em artigos e publicações acadêmicas, bem como análise de publicações de instituições nacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos) será realizada uma retrospectiva – a partir dos anos 70 - do histórico sul-americano de modo a identificar as características que favoreceram o surgimento de um ambiente propício a tentativas de integração por meio de acordos e tratados, bem como a evolução na estruturação de instituições capazes de promover discussões entre as nações sul-americanas.

Visando complementar às leituras realizadas, foram feitos fichamentos das bibliografias selecionadas, cujos objetos de análise incluíram as condições sociais, econômicas e políticas da América do Sul de maneira holística, propondo uma comparação a partir de alguns campos da segurança (ambiental, econômico, político e social) entre os países a ela pertencentes, bem como identificação das qualidades que permitiram ao Brasil desempenhar papel de liderança no processo de integração em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

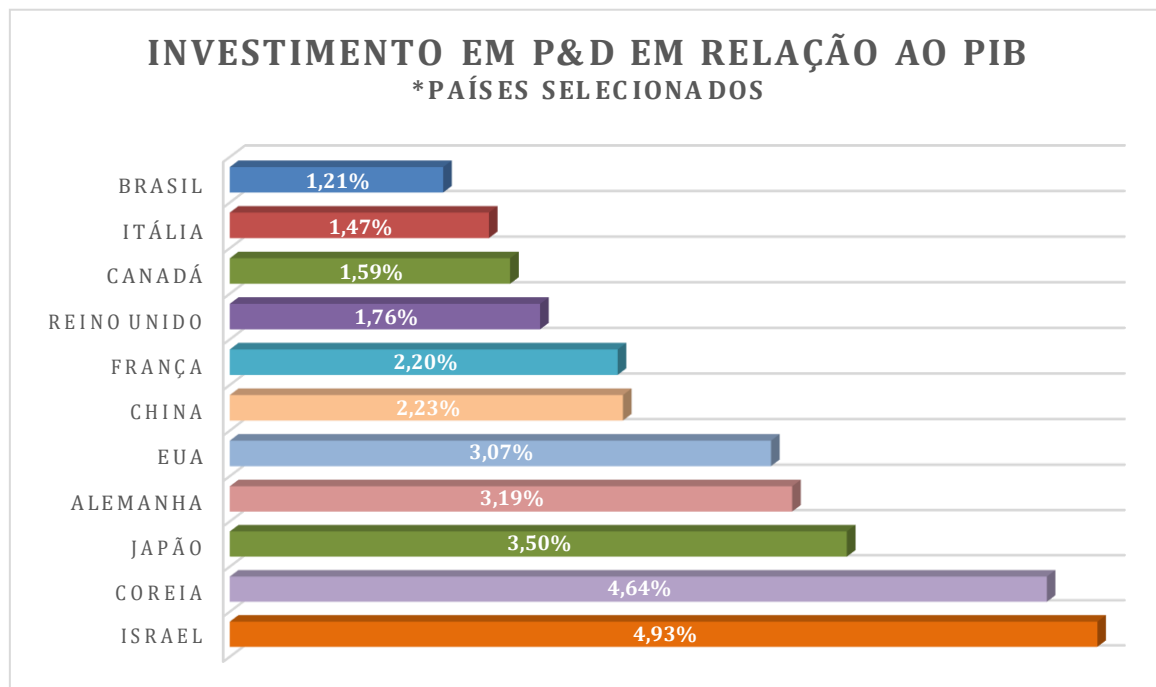
4.1 PAPEL DE LIDERANÇA DO BRASIL

O Brasil destaca-se frente ao cenário mundial devido a diversos fatores que contribuem para a construção de uma imagem sólida e imponente, a qual acaba por elevar a Nação a um patamar de representante do território sul-americano. Como consequência, o país assume papel de porta-voz quando se trata de encaminhar demandas a cortes mundiais e assembleias diversas e possui influência nas decisões tomadas em fóruns internacionais, nos quais sua palavra caracteriza maior “peso” representativo. Um exemplo claro desse status dá-se pelo fato do País ser um membro-fundador da ONU e possuir o privilégio de sempre discursar primeiro na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ao começar uma análise sob o prisma econômico, a nação brasileira já garante um certo prestígio ao ostentar uma posição entre as 10 maiores economias mundiais (International Monetary Fund, 2022). Além disso, o Brasil subiu de posição no ranking de maiores exportadores mundiais no ano de 2021, ao assumir participação de 1,3% nas vendas globais (World Trade Organization, 2022).

Prosseguindo a verificação é possível averiguar que o Brasil, apesar de não possuir uma porcentagem tão significativa de recursos financeiros direcionados à ciência, tecnologia e educação, quando comparado a outros países denominados “desenvolvidos” (Valor Econômico, 2022), consegue obter posições de destaque no cenário mundial com pioneirismo em diversas áreas – a exemplo da Medicina, personificada na figura de indivíduos como o médico Ricardo Pasquini, que recebeu homenagem por seu pioneirismo com células-tronco e marcou seu nome na História ao ser o primeiro a realizar transplante de medula-óssea na América-Latina, em 1979 (CNN, 2022).

Gráfico 1 - Investimento do Brasil em Pesquisa e Desenvolvimento



Fonte: Valor Econômico (2022)

Cabe também mencionar a ativa participação do Brasil em iniciativas ambientais ao longo das últimas décadas, fator que o fez lograr posição de liderança no que se refere à preservação do meio-ambiente. Como exemplo dessas iniciativas tem-se não só a realização de Conferências Nacionais - realizadas em 2003, 2005, 2008 e 2013, para tratar de temas como uso dos recursos naturais e resíduos sólidos -, como também a participação nas mais expressivas assembleias no que diz respeito ao meio ambiente: as Conferências das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável nos anos de 1972, 1992, 2002 e principalmente em 2012, ano em que o país sediou a chamada “Rio+20”: convém destacar, inclusive, que a temática ambiental foi por muito tempo ajustada aos moldes dos países industrializados, com as reivindicações provenientes dos países em desenvolvimento ganhando visibilidade em grande parte devido à relevância da nação brasileira no contexto (Do Lago, 2013).

Não se pode deixar de mencionar que outro aspecto de extrema relevância para tornar o Brasil uma liderança nata na organização da UNASUL foi justamente a tendência regionalista que pairava no cenário internacional após a Guerra Fria, substituindo o protagonismo estadunidense na América do Sul.

Os exemplos percorridos servem para contextualizar de maneira breve e generalizada as configurações diferenciais que tornam o Brasil uma potência sul-americana e o impulsionam a buscar cada vez mais ascender no plano regional, entretanto não se esgotam nas temáticas mencionadas, muito menos representam motivações egoístas para que o país trabalhe em prol do crescimento da organização e dos vizinhos que o cercam.

4.2 DEFESA PARA A AMÉRICA DO SUL

A Guerra Fria foi um divisor de águas não só em termos político-ideológicos, mas também no que diz respeito à influência no meio militar e na visão do que seria prioridade para a segurança dos Estados. Ao fim desse conflito,

a agenda de segurança internacional foi ampliada para abarcar o que se convencionou denominar de “novas ameaças” por considerar atores de segurança outros que não apenas os Estados e questões além das relacionadas à dimensão político-militar. A agenda regional, por sua vez, deparou-se com a perda da referência do “inimigo externo” já que não havia mais a ameaça do avanço do comunismo. Com isso, aprofundou-se o questionamento – que já vinha sendo feito – acerca dos acordos e instituições coletivas regionais instituídas. A falta de eficácia e eficiência em relação ao que se propunha colocou para os países latino-americanos a necessidade de discutir a conveniência de estabelecer novas bases e mecanismos e concertação para tratar das novas demandas de segurança. (PAGLIARI, 2009, p. 91)

Findado o período de intensa polarização política decorrente do Conflito, seguiram-se nos anos 90 de maneira geral ao subcontinente as seguintes tendências: um maior controle civil sobre as Forças Armadas, bem como a participação norte-americana de maneira mais incisiva no combate ao narcotráfico – de modo que tal participação prosseguiu intensificando-se com o passar do tempo.

A partir de tais tendências criou-se um ambiente propício à formação de instituições multinacionais como a União de Nações Sul-Americanas, visando abordar as diversas demandas dos países de maneira conjunta. No que tange às demandas do campo militar, a UNASUL possuía um mecanismo específico para tratar de assuntos referentes à segurança e defesa tanto individual dos países, como do subcontinente como um todo: o Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS) - Conselho esse que priorizou iniciativas de cooperação em detrimento de uma proteção generalizada dos países membros, onde os demais poderiam

auxiliar com suas capacidades militares em caso de conflito armado (a chamada segurança coletiva).

Após instaurado o CDS, para iniciar um trabalho incisivo no campo da defesa sul-americana seria necessário identificar o completo panorama do subcontinente, a fim de elencar não só regiões como também as ações prioritárias a serem providenciadas, de modo a resultar em um trabalho eficaz tratando-se de segurança.

O referido panorama contemplava, já no século XX, uma diversidade de problemáticas que não necessariamente caracterizavam conflitos entre estados ou contavam com o esperado “inimigo externo” ao território, cenário esse que para Bobbitt, (2003, p.774) demonstrou que “de fato, pela primeira vez desde o nascimento do Estado, não há mais necessidade de uma estrutura estatal para organizar a violência em uma escala devastadora para a sociedade”, abrindo então um horizonte de novas finalidades para o Conselho de Defesa, o qual incluiria em sua agenda conflitos mais complexos em relação à segurança do subcontinente, e não somente com as clássicas “guerras” que marcaram os séculos passados. Surge, assim, dessa nova abordagem, a essencial priorização de quais ameaças afetam efetivamente as nações no contexto Sul-americano.

Abarcados nesse contexto de novas finalidades, é indispensável, para uma análise mais aprofundada, a divisão da América do Sul em sub-regiões, sendo as principais: a Amazônica – patrimônio ambiental extremamente visado por nações diversas, incluindo as que se encontram fora do território sul-americano, devido a suas riquezas naturais e grande extensão territorial -, a Andina – caracterizada por uma série de antigos litígios territoriais entre seus países e contando com uma maior securitização -, e o Cone-Sul – sendo atualmente a sub-região de maior estabilidade, visto que as relações, antes de caráter conflituoso, ao longo do tempo foram se transformando em cooperação e integração.

A realidade sul-americana apresenta certa dicotomia ao reunir tanto ameaças tradicionais como as novas ameaças advindas de um processo de complexificação dos conflitos antigos. O conceito de ameaça não se restringe somente a desavenças e conflitos devidamente iniciados, mas também inclui pontos de vulnerabilidade existentes no território os quais constituem brechas contra a nação - ou nações – a ele pertencentes.

Dentre as ameaças antigas é possível enumerar como exemplos: a persistência da condição do subcontinente – aliás, da América Latina como um todo – livre de armas nucleares

devido ao Tratado de Tlatelolco, assinado em 1967; as das recorrentes menções de potências extrarregionais à Amazônia (COUTO, 2021); os litígios nas fronteiras entre diversas nações, a exemplo de Guiana e Venezuela; Argentina e Grã-Bretanha; Guiana e Suriname; Bolívia, Chile e Peru; e Colômbia Venezuela.

Destrinchando cada uma das ameaças mencionadas, inicia-se com a questão Amazônica, constantemente trazida à tona sob a justificativa de que o ininterrupto desmatamento, queimadas e outros desastres ambientais provam a incapacidade em especial do Brasil de administrar a Floresta – colocando em risco um dos maiores patrimônios ambientais da humanidade -, além de apontarem como vantagens provenientes da internacionalização dessa floresta: maior proteção a seus recursos naturais e preservação para as gerações futuras – à luz dos princípios “cooperação internacional e responsabilidade comum” advindos do Direito Internacional Ambiental, acesso às riquezas amazônicas por maior parte da população mundial - a fim de equilibrar a escassez de recursos como água e madeira em outros países, bem como permitir aos demais Estados gerindo esse território investir em tecnologias visando melhorias na região e explorações científicas (DE OLIVEIRA e col. 2022), benefícios esses vistos com certa desconfiança por representarem uma brecha à supremacia brasileira em seu próprio território.

Exemplificando as menções de nações estrangeiras à Amazônia em suas respectivas pautas tem-se como exemplo o recente discurso de John Kerry - enviado especial para o clima dos Estados Unidos- frente a ministra brasileira do Meio Ambiente, o qual além de reforçar o apoio norte-americano ao Fundo Amazônico afirmou que a “Amazônia é de todos” (Estado de Minas, 2023). Tal discurso não restringe o que se considera uma excessiva preocupação com o território amazônico somente aos olhos norte-americanos, mas sim consiste numa amostra de um fenômeno estendido a mais nações, em especial europeias, como Alemanha e França.

Figura 1 - Distribuição do Bioma Amazônico na América do Sul



Fonte: Toda Matéria¹

Prosseguindo na análise das antigas ameaças, cabe uma passagem contemplando os Guiana e Venezuela - disputa essa pelo território do Essequibo, iniciada no século XIX antes mesmo da independência oficial de ambas, contemplando posteriormente inúmeras tentativas de intermediação, como a britânica e norte-americana em comissão no ano 1889, a realizada pelo Acordo de Genebra em 1966 e por fim pela ONU em 1980: as quais não foram capazes de findar o conflito que se agravou com a descoberta de petróleo na região em 2015 e se estende até os dias atuais (Dois Níveis, 2021).

Já referente ao litígio envolvendo Argentina e Reino Unido - pelas famosas Ilhas Falkland, ou Malvinas, área geográfica sobre a qual os argentinos clamavam soberania após ocupação britânica, e cuja importância

¹ Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/tudo-sobre-amazonia/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

não provém apenas de seus recursos naturais, reais ou potenciais, mas também do fato de projetar-se sobre o Cabo Horn e a passagem de Drake (na confluência dos oceanos Pacífico e Atlântico Sul), permitindo um substancial grau de controle das vias de acesso ao Continente Antártico. Constitui um ponto de apoio para quaisquer operações na área, de vital importância para o exercício de uma presença política ou militar no Atlântico Sul ou na Antártida (Campos, 2011 apud Rattenbach, 1982: § 6),

adiciona-se, ainda, o fato de tal conflito armado convencional ter ocorrido em um território geograficamente próximo ao brasileiro, relaciona-se também ao contexto da ameaça argentina frente à liderança brasileira no subcontinente. A partir daí desencadeou-se também um processo de modernização da Força Terrestre brasileira, iniciado em 1984 englobando áreas como: aquisição de blindados; Guerra Eletrônica; completamento de pessoal e equipamentos das OM existentes; Pesquisa e desenvolvimento (novas tecnologias previstas nas FT-90 e 2000, particularmente nas áreas de artilharia, comunicações, GE e blindados); formação de pessoal para atender às necessidades vigentes e futuras; Aviação do Exército (configurando o início de sua implantação); e Medidas de racionalização (transferência, transformação, desativação e/ou extinção de OM, principalmente pela redução de Unidades na área do Rio de Janeiro), (Campos, 2011).

Novamente envolvendo a Guiana, segue-se à observação do atrito desta vez contra o Suriname, sendo os dois Estados mais novos e menos povoados da América do Sul e estão entre os de menor dimensão territorial” (VISENTINI, 2010). As nações, que na década de 50 possuíam conflito marítimo por uma área denominada “GuyanaBasin” (o qual foi solucionado em 2007), atualmente disputam o chamado Triângulo do Rio Novo - fronteira com o Brasil-, desde antes da independência de ambas, enquanto suas fronteiras eram traçadas no século XVIII, se estendendo ao ano de 1936 pela realização da Comissão Mista a fim de discutir a delimitação da fronteira. Após esse período, vale destacar a realização de incursões militares na área em questão por parte do Suriname, contribuindo para um incremento do atrito entre os Estados (CHAVES, 2016).

Insere-se como mais um exemplo a Guerra do Pacífico, de 1879 a 1884, conflito que envolveu Bolívia, Peru e Chile - na qual o último declarou guerra aos demais e, ao sair como vencedor, recebeu territórios de ambas as nações: evento esse que gerou uma tensão diplomática vigente até os dias atuais, em especial com a Bolívia, por essa nação ter perdido no conflito sua

única saída para o mar (configurando desvantagem geopolítica e econômica, visto que é o último país sul-americano remanescente nesta condição).

Voltando as atenções para as novas ameaças, Colômbia e Venezuela, protagonizaram um conflito - que por vezes se estendeu ao Equador - cujo epicentro já pode ser direcionado a uma das maiores diversidades enfrentadas pela população latina: o narcotráfico. A faixa fronteiriça entre as nações compreende uma região utilizada como rota para o tráfico de drogas, assim criou-se um panorama de disputas entre as chamadas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército Nacional de Libertação (ENL). Essas questões regionais entre as nações eram permeadas de tensões e desconfianças que, inflamadas por desavenças político-ideológicas - em especial o estreitamento de laços políticos entre colombianos e norte-americanos -, ocasionaram grande dificuldade no que tange à colaboração visando o combate ao crime organizado, contexto que ainda reflete nos dias atuais).

A problemática anteriormente apresentada já serve de contextualização para outra bastante atual no que diz respeito à segurança na América do Sul: a presença marcante da influência dos Estados Unidos da América (EUA) no território. O afastamento diplomático dos norte-americanos, antes priorizado por diversas nações ao enxergarem a postura do país como imperialista, tem enfraquecido e “pelo menos nos últimos anos, constata-se uma forte influência estadunidense em alguns governos sul-americanos e uma diminuição dessa tentativa de afastamento” (COUTO, 2021).

Após a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos ainda possuíam como objetivo referente a sua segurança nacional constituírem um entrave ao comunismo soviético, entretanto passaram a evitar o envio de tropas às nações de interesse estratégico e priorizaram “o treinamento e equipamento de governos e suas Forças Armadas” (DONADELLI, 2016) a fim de que as nações cuidassem da problemática e a combatessem como sua própria prioridade. Foi esse o gatilho necessário, somado à luta contra o narcotráfico, para justificar a interferência estadunidense no subcontinente.

Especialmente entre os anos 1980 e 2000, os EUA adotaram como linha de ação envolver os militares na luta contra o tráfico de drogas – apesar de o fazerem desde os anos 70 e o terrorismo (COUTO, 2021 apud FAUSTINO, 2011) -, sendo tal intervenção em parte responsável pelo “clássico” conflito ideológico entre Colômbia e Venezuela, visto que esta

última, personificada na postura do ex-presidente Hugo Chávez e do presidente Nicolás Maduro se opunha fortemente ao neoliberalismo representado pelos estadunidenses.

Essa mesma intervenção na América do Sul se traduziu de maneira clara em 1999, com a criação do Plano Colômbia, o qual - apesar da visão simplista por parte da nação colombiana, que enxergava o acordo como ferramenta de promoção da “paz, prosperidade e fortalecimento das instituições, visando o resgate da confiança no sistema de justiça, a consolidação da ordem pública e a consolidação da democracia” (COUTO, 2021):

segundo Villa e Ostros (2005), se caracterizou por ser uma ostensiva ingerência estadunidense sobre as questões internas e externas que o tráfico de drogas causava. O impacto do tratado se mostrou presente na tentativa de pulverizar os cultivos de maconha, papoula e coca, o embargo dos carregamentos para os EUA e Europa, além da extradição dos condenados por tráfico para o cumprimento da pena nos Estados Unidos e uma intensa vigilância nas fronteiras buscando parar o fluxo de drogas levado pelos criminosos (COUTO, 2021).

Findada a delimitação das ameaças mais marcantes ao tratar de Defesa na América do Sul, torna-se necessário avaliar a relevância dessas para cada nação pertencente ao conjunto UNASUL-CDS. Para fins de comparação, vale apresentar as respostas dadas a um questionário solicitado pela Comissão de Segurança Hemisférica, à Secretaria Geral da OEA, culminando em 2002 na publicação “Análise das respostas dos Estados membros ao Questionário sobre os Novos Enfoques da segurança hemisférica”.

Tabela 1 - Ameaças aos países sul-americanos: Comissão de Segurança Hemisférica – OEA

(continua)

AMEAÇA	QUANTIDADE DE PAÍSES	PAÍSES
Narcotráfico	100%	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai e Venezuela
Terrorismo	100%	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai e Venezuela
Crime Organizado Transnacional	37,5%	Argentina, Equador e Uruguai

Tabela 1 - Ameaças aos países sul-americanos: Comissão de Segurança Hemisférica – OEA
(conclusão)

AMEAÇA	QUANTIDADE DE PAÍSES	PAÍSES
Meio Ambiente (catástrofes e desastres naturais, deterioramento e escassez de recursos, etc)	62,5%	Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai e Venezuela
Migrações (massivas e/ou ilegais)	50%	Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai
Pobreza a desigualdade econômica	50%	Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai

Fonte: Donadelli (2016)

Apesar de não tratar-se de um levantamento realizado pela União das Nações Sul-Americanas, consiste em fonte relevante para constatar o quão generalizadas são as ameaças apontadas, de modo que as soluções originadas dos conselhos pertencentes à UNASUL seriam plenamente capazes de abarcar as nações participantes como um todo. Por que não estaria, então, facilitada a cooperação de modo a manter os esforços direcionados rumo aos mesmos objetivos? A resposta para tal questionamento não está somente na complexidade de elaborar soluções de comum acordo entre os países do CDS, mas sim em como o Conselho enxergava seu próprio papel no contexto.

Donadelli (2016) ressaltou em seu trabalho que o Centro de Estudos Estratégicos do Conselho de Defesa Sul-Americano (CEED-CDS) diferenciou a Segurança Pública da Defesa - pela qual o CDS não se responsabilizaria, e a direcionaria aos respectivos governantes das nações -, paralelamente a suas respectivas ameaças: “o crime organizado transnacional e outros tipos de delinquência”; enquanto “agressão armada externa, ocupação territorial e conflitos bélicos” - campos com os quais o Conselho se comprometeria - estariam ligadas à Defesa e seu instrumento militar.

A partir dos dados apresentados acima podem ser destacadas algumas conclusões parciais a serem utilizadas posteriormente para análise da integração da América do Sul em prol da construção da UNASUL de maneira eficaz:

a) Em grande parte dos países sul-americanos, a problemática do crime organizado transnacional é vista “como uma ameaça à segurança pública, interna ou cidadã – a depender da denominação escolhida” (DONADELLI, apud UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2012e, p. 10). Essa mesma ótica ao ser aplicada a fim de vislumbrar os demais problemas enfrentados pela América do Sul, como tráfico ambiental, de drogas, dentre outras violações de caráter transfronteiriço revela a sobrecarga das Forças Armadas envolvidas ao tentar mitigá-las. Surge como solução imediata empregar a instituição criada em sua essência para tratar de questões transnacionais quanto à segurança coletiva, ou seja, o Conselho de Defesa. Questiona-se, no entanto: tal instituição é forte o suficiente para lidar com a Segurança? Os Estados têm realizado as ações particulares necessárias de modo a contribuir com o Conselho do qual fazem parte?

Ao observar o histórico de capacidades individuais dos países participantes do Conselho de Segurança, a resposta encaminha-se para um resultado afirmativo. Entretanto, a fim de que se gerem recursos e força geopolítica para colocar em prática tais ações, é necessário criar no subcontinente a mentalidade de que as ameaças previamente apresentadas são capazes de comprometer a Defesa dos países da região por meio de atores extra-regionais que possam vir a afetar a soberania, a integridade territorial, população, recursos e estabilidade institucional (DONADELLI, apud UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2012d, p. 14) e que, portanto, a priorização das soluções sugeridas pelo Conselho na agenda interna das nações é essencial, mesmo para a promoção de visibilidade do fórum.

b) A partir da criação de instituições multinacionais, constata-se que os Estados sul-americanos optaram por uma maior aproximação política visando tratar dos temas de segurança e defesa, trazendo aos diversos fóruns matéria de defesa traduzida em “cooperação tecnológica, operações e exercícios combinados, troca de informações entre as unidades de inteligência, intercâmbio no ensino militar”, elementos que Couto (2021) classifica como a chamada cooperação. Ressalta-se, entretanto, que a cooperação em defesa por si só talvez não fosse capaz

de prover o apoio necessário sem aliar-se a elementos enquadrados dentro da segurança coletiva, previamente mencionada, por caracterizar-se como abordagem mais imponente para uma organização tratando da defesa em um subcontinente tão extenso e complexo.

4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO : RAZÕES PARA O DECLÍNIO DA UNASUL

4.3.1 Fator psicossocial

Como início da fundamentação a respeito da funcionalidade da UNASUL, retorna-se ao período colonial para confirmação da ideia-força de que o Brasil, desde tal período, apresentava certo isolamento em relação aos demais países da América do Sul. A primeira variável a ser constatada de imediato é a metrópole a que se subordinavam as colônias sul-americanas: de modo geral, o território se dividiu entre Portugal e Espanha, sendo dos 12 países-membros constituintes da UNASUL, 9 de colonização majoritariamente hispânica, e o Brasil única nação de colonização lusitana.

A partir daí tem-se uma série de distinções advindas do período colonial as quais refletem no contexto social e repercutem no relacionamento entre os Estados e os indivíduos a eles subordinados, sendo a principal delas o idioma, além de demonstrações culturais diversas que acabariam por gerar maior identificação entre as populações oriundas da miscigenação entre povos nativos e a parcela europeia que adentrava os novos territórios.

Seguindo a evolução dos acontecimentos políticos, a colônia brasileira deu lugar a um império e, mais tarde este foi substituído por uma República que prometia maior aproximação das nações vizinhas, as quais também conquistaram pouco a pouco sua autonomia e desvincularam-se das amarras europeias. Entretanto, a partir desse período republicano, em um contexto de consolidação dessa nova realidade, ganhavam espaço linhas de ação geopolíticas simpáticas aos Estados Unidos da América, o que significou para Prado (2001, p. 140) mais um aprofundamento nos sulcos da trilha que afastava o Brasil dos países hispano-americanos.

Em contrapartida, ocorriam na América hispânica, no final do século XIX e começo do século XX, manifestações de busca de identidades alicerçadas nas origens da cultura hispânica e na valorização da herança da colonização (PRADO, 2001, p.140), não ocorrendo, assim, um

alinhamento da mentalidade brasileira – a qual assumia caráter “anti-hispânico” - com o restante do subcontinente, marcado pelo pan-americanismo apresentado no Congresso do Panamá, em 1826 – evento esse para o qual o Brasil foi convidado a participar, “porém era visto com desconfiança pelas outras nações vizinhas dado o relacionamento político que mantinha com a ex metrópole e por ser uma monarquia. Por esses motivos, o governo brasileiro optou pelo não comparecimento ao congresso” (COUTO, 2021, p. 19 apud CERVO; BUENO, 2002). Dentro da vertente de pensamento pan-americana vale destacar o estudioso Oliveira Lima, o qual em sua publicação Pan-americanismo: Monroe, Bolívar, Roosevelt, em 1907, apresentava ser ingenuidade acreditar que a Doutrina Monroe fora pensada em benefício dos países da América Latina, para supostamente defendê-los da Europa, quando na verdade beneficiava os interesses dos Estados Unidos mais claramente identificados, no começo do século XX, com as atitudes intervencionistas do governo de Theodore Roosevelt (PRADO, 2001, p. 146).

A partir dos exemplos ao longo da História apresentados, pode-se identificar os primeiros indicadores que, enraizados e posteriormente complexificados nas sociedades sul-americanas, representariam um cenário desfavorável a futuras tentativas de integração dos países integrantes do subcontinente.

4.3.2 Fator econômico

Apesar de ser considerado um país em desenvolvimento, o Brasil constitui alvo de investimento do capital externo, bem como ambiente propenso à alocação das mais diversas empresas e indústrias. É sabido que, mesmo após a recessão econômica proporcionada pela pandemia do vírus Covid-19, a nação foi capaz de se reestruturar de modo a prosseguir rumo ao crescimento - exemplificado pelo decréscimo do desemprego e pela retomada do nível de investimento, o qual atingiu 19,4% do PIB já no terceiro trimestre do ano de 2021 (Brasil. Ministério da Economia, 2021).

Segue no trabalho um extrato do relatório estatístico realizado pela Organização do Trabalho, a partir do qual o Brasil é apontado como destaque na América do Sul quanto ao crescimento de suas exportações - seguindo a tendência de expansão na economia já abordada:

Tabela 2 – Crescimento na Exportação de Mercadorias 1948-2021

Países	Percentual de participação no montante global				
	1973	1983	1993	2003	2021
EUA	12,2%	11,2%	12,6%	9,8%	8,1%
Canadá	4,6%	4,2%	3,9%	3,7%	2,3%
México	0,4%	1,4%	1,4%	2,2%	2,3%
Brasil	1,1%	1,2%	1,0%	1,0%	1,3%
Chile	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%
Alemanha	11,7%	9,2%	10,3%	10,2%	7,5%
França	6,3%	5,2%	6,0%	5,3%	2,7%
Reino Unido	5,1%	5,0%	4,9%	4,2%	2,2%
África do Sul	1,0%	1,0%	0,7%	0,5%	0,6%
China	1,0%	1,2%	2,5%	5,9%	15,5%
Japão	6,4%	8,0%	9,8%	6,4%	3,5%
Índia	0,5%	0,5%	0,6%	0,8%	1,8%

Fonte: World Trade Organization (2022)

A partir do constatado previamente, o Brasil possui voz quando se trata de pleitos no âmbito da economia – tanto mundial, quanto na América do Sul. Conclui-se a partir dessa ideia-força que decisões a serem tomadas pela UNASUL as quais pudessem afetar de maneira significativa a economia da nação brasileira certamente seriam deliberadas com maior cautela, a fim de proporcionar alternativas mais vantajosas e, no caso de possíveis impasses, decisões a favor da nação poderiam preterir em relação a das demais participantes da Organização. Em suma, um posicionamento do Brasil seria dotado de influência e repercussão muito maiores em relação às demais nações.

Dentro desse contexto, o orçamento previsto para a UNASUL conta com a maioria contribuição do Brasil para a realização de suas atividades. Concomitantemente, existe o panorama em que os demais países detêm menos recursos ou apresentam-se lidando com crises de natureza social, política, econômica, ou mesmo uma mescla de todas as alternativas anteriores (como exemplos a serem destacados tem-se: a Venezuela, que por muito tempo tem dado enfoque à crise imigratória; a Argentina, a qual recentemente enfrentou problemas graves no que se refere à sua economia; a Colômbia cuja preocupação com a crônica problemática do narcotráfico; ou mesmo a Bolívia, que devido à instabilidade política encontrou os demais setores da nação afetados negativamente pela repercussão das ações de suas lideranças) .

Como consequência, o Brasil terminaria de certa forma sobrecarregado no que se refere ao capital financeiro fornecido à UNASUL, além de haver uma certa restrição em se tratando dos recursos destinados a possíveis aquisições e implantação de políticas, fato esse que contribuiria de maneira significativa para uma possível inatividade da instituição, bem como preferência das nações em encontrar alternativas diversas para enfrentar as adversidades que assolam seus territórios, sendo uma dessas a priorização de entidades internacionais em detrimento das regionais.

4.3.3 Fator político

Revisitando o panorama global nos anos 70, vale mencionar a ocorrência da Guerra Fria como ponto de partida para diversos conflitos, a exemplo da Guerra do Vietnã. Nesse mesmo contexto marcado pela bipolaridade, o Brasil junto a diversas outras nações, viu-se compelido ao alinhamento com uma das potências (EUA ou URSS), além de internamente dar início ao período de governos militares, os quais se estenderam até 1985.

Já nos anos 90, com o retorno de civis ao governo brasileiro, a vertente liberal se fez presente, impactando nas relações internacionais e ocasionando seu rearranjo. Na América do

Sul, se intensificaram as iniciativas do regionalismo, culminando no surgimento de instituições como o Mercosul visando a integração do subcontinente.

O surgimento da UNASUL e seu Conselho de Defesa é iniciado dentro da mesma tendência regionalista pela consonância entre as políticas internas dos participantes, de modo que as vontades políticas à época convergiam rumo à integração regional e a um certo distanciamento das “potências do Norte” visando maior independência e autonomia. Ferraz (2019, p. 2) afirma que

no início dos anos 2000, governos com políticas progressivas e discursos disruptivos em relação aos países do norte assumiram o poder na América do Sul. Em 2008, esses governos dirigiam as seguintes nações: Argentina (Cristina Kirchner), Bolívia (Evo Morales), Brasil (Luís Inácio Lula da Silva), Chile (Michelle Bachelet), Equador (Rafael Correa), Paraguai (Fernando Lugo), Peru (Ollanta Humala), Uruguai (Tabaré Vázquez) e Venezuela (Hugo Chávez).

Entretanto, é preciso lembrar que no mesmo panorama também germinavam condições indicativas de instabilidade nos diversos governos sul-americanos marcado por políticas externas e de segurança diferenciadas, e por fim, refletindo nas divergências de natureza ideológica dos regimes e na diversidade de interesses (VILLA; BRAGATTI, 2015).

Para fins de análise do aspecto político exercendo sua influência na inefetividade da UNASUL, serão observados em especial os últimos quatro governantes brasileiros em seus mandatos e suas políticas externas em paralelo com as demais nações, partindo do princípio de que o protagonismo brasileiro foi capaz de repercutir no rumo de diversas ações dentro da própria instituição abordada, assim como em seu Conselho de Segurança.

Apesar dos governantes possuírem certa discricionariedade ao tratar de política externa, no Brasil existem princípios basilares que não devem ser alterados como o passar dos anos, tais como: independência nacional, igualdade entre os Estados, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, defesa da paz, não-intervenção, dentre outros (BRASIL.(1988), 2016). A partir destes são pautadas as ações frente ao cenário internacional e mantém-se a coerência independentemente do líder à frente da nação.

A começar pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, observa-se que seu mandato deu enfoque no aprofundamento da integração sul-americana, bem como na projeção da região em âmbito mundial (Pagliari, 2009). O contexto geopolítico à época - vide os governos da América do Sul, compartilhando da mesma visão político-ideológica - permitiu com maior facilidade a

implementação de medidas de cooperação, bem como a criação da própria Unasul e seu Conselho de Segurança.

Sucessora de Lula, a presidente Dilma Rousseff procurou dar continuidade às iniciativas já implementadas, entretanto não foi visto o mesmo enfoque na transmissão de uma imagem dotada de liderança, postura essa observada no governo anterior. Montou-se assim um panorama na política externa em que postura recente menos propositiva do Brasil, e o esvaziamento da liderança do país na organização, enfraquece o processo de integração sul-americano (DE CARVALHO; BRESSAN apud TOKATLIAN, 2014).

Já no breve mandato de Michel Temer (agosto de 2016 a janeiro de 2019), foi dado maior enfoque, seguindo rumo a um azimute liberal, na busca pela inserção brasileira de maneira mais efetiva no cenário global a partir do estreitamento de laços com Estados Unidos e União Europeia - com a qual procurou-se integrar junto ao Mercosul com iniciativas de livre comércio -, além de parceiros novos na Àsia (VILLELA, 2021). Com isso, a relação entre o Brasil e nações como a Venezuela, viu-se prejudicada a devido a divergências ideológicas e a priorização da busca por autonomia em relação às potências econômicas foi sendo deixada de lado, com enfoque na utilização de blocos econômicos.

O último governo - mandato pertencente a Jair Messias Bolsonaro, no qual a UNASUL encontrou-se paralisada - entendeu, no entanto, que seriam mais benéficas as relações de caráter bilateral, bem como intensificou o processo iniciado com Michel Temer, marcando uma maior aproximação dos Estados Unidos. Além disso, frente à uma mudança ideológica generalizada nos governos da América do Sul, entendeu-se que havia a necessidade de instaurar um fórum cuja proposta era evitar a perda de sua efetividade em normatizações e teorias superficiais, bem como gastos desnecessários sem finalidade - semelhante ao que se enxergava relativo à UNASUL: surgiu, então, o Prosul para substituí-la.

Percebe-se, assim que a orientação política, ao seguir um rumo diferenciado dos anos anteriores - não só no Brasil (como já visto, essencial para definir o rumo da dinâmica de relações entre os países sul-americanos), mas também nas demais nações representadas à época por governantes como Iván Duque (Colômbia), Mauricio Macri (Argentina), Sebastián Piñera (Chile), etc - influenciou a relevância dada à UNASUL como instrumento de integração e, conseqüentemente, em sua desativação.

Incrementa-se o fato de existirem, dentro do próprio subcontinente, crises de governabilidade, distintas visões projetadas pelos líderes de Estado e escasso apoio mútuo por parte dos membros em organismo extra-UNASUL - representando fragilidade não só das nações, mas também da instituição que integram (Pagliari, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas é inegável a importância da elaboração de instituições multinacionais em nome da integração e visando elaborar ações de relevância geopolítica que de fato possuam repercussão e provoquem mudanças efetivas no cenário atual repleto de mazelas, desigualdade social, problemáticas ambientais e conflitos armados os quais afetam a dignidade da pessoa humana e soberania dos Estados. O Brasil, reconhecendo essa importância, nunca se privou de assumir responsabilidades frente às demais nações, sem contar as diversas vezes em que optou por liderar com suas iniciativas.

Tal postura de liderança pode, inclusive, ter gerado uma interpretação errônea a respeito das motivações do ânimo brasileiro em se prontificar para a cooperação dentro da Organização - quiçá afetado a integração do subcontinente por meio da UNASUL. Isso porque, conforme uma visão parcial, o Brasil estaria apenas interessado ao visualizar oportunidade de se sobrepor aos seus vizinhos e aumentar estrategicamente sua influência, sem de fato visar o crescimento e a projeção das nações sul-americanas como um todo.

Um fato também notado, a partir da observação do histórico de tentativas de integração sul-americana desde os anos 70, é que para serem efetivadas as propostas de cooperação multinacionais com efeito positivo e impactante, é necessário contar com um elemento-chave: a vontade política. Tendo em vista que um governo é capaz de mitigar os empreendimentos e prioridades dadas por seus antecessores, ressalta-se a importância de manter continuidade e coerência nas ações de política externa, por maiores que sejam as diferenças ideológicas e as perspectivas socio-econômicas.

Ao analisar o histórico governamental brasileiro, conclui-se que optar pelo estreitamento das relações com países sul-americanos ou pela priorização de nações externas ao subcontinente dependeria quase que exclusivamente da liderança à frente da Nação e sua

concepção de política externa. Não é a intenção do presente trabalho apontar qualquer alternativa geopolítica escolhida por um chefe de Estado como superior em relação a de outro, e sim demonstrar algumas das possibilidades para as relações internacionais que, em sua essência, constituem um jogo de estratégia onde ganha aquele dotado de maior flexibilidade para contornar as situações com que se depara ao longo da partida.

Após a análise de todos os aspectos apresentados, verifica-se que a dificuldade em integrar as nações sul-americanas não se restringe apenas aos entraves políticos ou divergências quanto à prioridades de defesa: existe um conjunto de complexos fatores que impede a coordenação de maneira sinérgica rumo à cooperação e que foi responsável pela desativação da UNASUL. Sem a atuação da referida instituição durante tanto tempo, uma série de inferências puderam ser realizadas a respeito dos países participantes, bem como dos vínculos a serem reforçados ou construídos, sendo estes intra ou extra regionais - além de projeções para o contexto geopolítico que afetam o subcontinente de maneira geral.

A partir desse panorama, foi possível verificar, como consequência imediata, que o abandono da UNASUL implicaria na contribuição para com uma tendência de negligência dos órgãos setoriais - deixando um vácuo decisório que passaria a ser preenchido por instituições globais tais como a ONU, ou mesmo regionais de maior amplitude, a exemplo da OEA. Apesar da ilusória ideia de que centralizar a resolução de problemáticas em uma mesma organização só apresentaria aspectos positivos, examinou-se que a realidade poderia ser distinta: resultaria em soluções genéricas e impessoais para situações de crise (como a recente crise migratória na Venezuela ou mesmo o insistente narcotráfico, reverberando em todo o subcontinente), haja vista o desconhecimento das especificidades regionais por parte das autoridades detentoras do poder de decisão.

Outro importante reflexo a ser considerado é a opção pelo estreitamento de relações com as chamadas “potências econômicas” ou “países desenvolvidos” em detrimento dos vizinhos sul-americanos. A partir desse reflexo, não se pode deixar de cogitar a ingerência dos anseios que afloram das nações mais influentes em decisões geopolíticas brasileiras, fato que gera certa preocupação por ameaçar a posição de liderança do país frente ao subcontinente em que se encontra. Em suma, deixar de priorizar laços com as nações mais próximas geograficamente impediria ricas possibilidades de desenvolvimento mútuo e solidificação da presença sul-americana no cenário global como um bloco influente.

Durante a realização do presente trabalho, após a assunção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, a partir do decreto presidencial número 11.475, o Brasil anunciou retorno à UNASUL - bem como a Argentina - evento que só reforça a ideia-força já apresentada anteriormente a respeito da vontade política atualmente ser o verdadeiro catalisador de iniciativas tratando-se dos cenários projetados. O cerne das informações reunidas está em reconhecer a importância das instituições que integram nações das mais diversas ideologias, governos e capacidades em prol de decisões rumo à prosperidade e desenvolvimento mútuo.

Por fim, a ineficácia temporária da instituição estudada não prova serem irrelevantes as tentativas de cooperação, muito menos serve de argumento para a anulação de futuras tentativas, mas sim acabou por fornecer um rol de informações de grande utilidade para a realização de correções e implementações a curto e médio prazo não só para a UNASUL, como também demais conselhos e órgãos multinacionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. S. **A Disputa pelo “Coração das Terras” Sul-Americanas Contexto e Educação**. São Paulo: Ed. Metha, 2003.

BOBBITT, Philip. **A Guerra e a Paz na História Moderna**: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BRASIL. Decreto nº 3.932, de 12 de abril de 1939. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 19 abr.1939. 8950 p.

_____. Ministério da Economia, 2021. **Brasil superou os impactos econômicos da pandemia e está pronto para crescer**. Disponível em:<<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/balancos-e-perspectivas/noticias/brasil-superou-os-impactos-economicos-da-pandemia-e-esta-pronto-para-crescer>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Conferência Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em:<<https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente.html>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. Relações Exteriores, 2023. **Governo Federal anuncia retorno do Brasil à Unasul**. Disponível em:<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/governo-federal-anuncia-retorno-do-brasil-a-unasul>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

CAMPOS, MT de. **A Guerra das Falklands/Malvinas e suas repercussões no Exército brasileiro. 2011**. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

CHAVES, Caroline Brito et al. Uma análise da política externa da Guiana sob a perspectiva das disputas fronteiriças. **Revista Florestan**, p. 129-150, 2016.

COUTO, Erick Andrade Santos. **Integração em defesa na América do Sul: uma análise acerca de fatores que dificultam a formação de uma comunidade de segurança Sul-Americana**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

DE CARVALHO, Daniel Campos; BRESSAN, Regiane Nitsch. UNASUL e a projeção brasileira. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 50, 2017.

DO LAGO, André Aranha Corrêa. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG, 2013.

DONADELLI, Laura Meneghim. **Segurança na América do Sul: uma abordagem histórico-conceitual**. 2016.

FAJARDO, J. M. C. **Acordo Tripartite Itaipu – Corpus: ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FERRAZ, Kayque. O colapso da UNASUL e o fim dos conselhos setoriais: considerações iniciais acerca dos impactos nos projetos de energia e defesa. 2019.

GALVÃO, Thiago Gehre. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, p. 63-80, 2009.

INTERNACIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook Database**, October, 2022. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October/download-entire-database>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

JAEGER, B. C. **CRISE E COLAPSO DA UNASUL: O DESMANTELAMENTO DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA EM TEMPOS DE OFENSIVA CON-SERVADORA**. Rev. Conj. Aust., Porto Alegre, v.10, n.49,p.5-12, 2019

MACHADO, Giovana. **Venezuela vs. Guiana: a qual país pertence Essequibo?**. Dois Níveis, 2021. Disponível em: <<https://www.doisniveis.com/america/america-do-sul/venezuela-vs-guiana-a-qual-pais-pertence-essequibo/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MAGGIONI, Iara. et al. **Médico brasileiro recebe homenagem por pioneirismo**. CNN, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/medico-brasileiro-recebe-homenagem-por-pioneirismo/>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

MALAMUD, A. **Overlapping regionalism, no integration: conceptual issues and the Latin American experiences**. Working Paper, EUI RSCAS, 2013/20, Global Governance Programme-42, European, Transnational and Global Governance.

MEDEIROS FILHO, O. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. 2010. 000 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MIYAMOTO, S. O Brasil e a Bacia do Prata: interesses e divergências. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 24–39, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2183>. Acesso em: 5 jun. 2022

NETO, F. F. B. et al. Projetos Estratégicos de Defesa e seus reflexos na formação do comandante de fração. **Ministério da Defesa**, 2017. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/projetos_estrategicos_de_defesa.pdf. Acesso em: 28 de out. 2017.

OLIVEIRA, Emanuelle Santos de; RIBEIRO, Talissa G. Rodrigues; JACINTHO, Yuri Moreno. **Internacionalização da Amazônia: entre o discurso e as fontes do Direito Internacional Ambiental**. 2022.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. 2009.

PECEQUILO, C. S.; HAGE, J. A. A. **Dilemas Sul Americanos: o Brasil, o Paraguai e Itaipu**. Boletim Meridiano 47. V. 8, n. 84 (2007)

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, n. 145, p. 127-149, 2001.

PRATES, Vinícius. **Kerry diz que ‘Amazônia é de todos’ e Marina destaca soberania brasileira**. Estado de Minas, 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/03/02/interna_politica,1463761/kerry-diz-que-amazonia-e-de-todos-e-marina-destaca-soberania-brasileira.shtml> . Acesso em: 10 mar. 2023.

SAINT PIERRE, H. **La Defensa en la Política Exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa**. 2009. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=Yzd7ca4AAAAJ&citation_for_view=Yzd7ca4AAAAJ:W7OEmFMy1HYC>. Acesso em: 29 mai. 2022.

Tudo sobre a Amazônia. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/tudo-sobre-amazonia/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

UNASUL. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas**. 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf>. Acesso em 10 mai. 2023.

Brasil investe em média 1% do PIB em Ciência e Tecnologia. **Valor Econômico**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2022/09/26/brasil-investe-em-media-1-do-pib-em-ciencia-e-tecnologia.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VALVERDE, Orlando. A devastação da floresta amazônica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 60, n. 1, p. 413-426, 2006.

VEIGA, **O regionalismo pós liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. CEPAL – SERIE Comercio internacional, Santiago, 2007

VERDÉLIO, Andreia. Agência Brasil, 2019. **Brasil formaliza saída da Unasul para integrar Prosul**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/brasil-formaliza-saida-da-unasul-para-integrar-prosul>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VILLA, Rafael Duarte; BRAGATTI, Milton Carlos. Complexificação das Instituições de defesa na América do Sul. **Carta internacional**, v. 10, n. 3, p. 4-22, 2015.

VILELLA, Maria Eduarda Xavier. Governo Temer: o início do esvaziamento estratégico da política externa brasileira (2016-2018). In: **II Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP)**. 2021.

VISENTINI, Paulo. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 1, n. 1, p. ág. 27-40, 2010.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **World Trade Statistical Review**. 2022. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtsr_2022_e.htm>. Acesso em 20 dez. 2022.